CORPOS À VENDA: MERCANTILIZAÇÃO DE MULHERES TRANS NA VITRINE DO CAPITALISMO DIGITAL

BODIES FOR SALE: THE COMMODIFICATION OF TRANS WOMEN IN THE SHOWCASE OF DIGITAL CAPITALISM

Luiz Carlos da Costa Braga Júnior[1]

Resumo: o capitalismo digital tem reconfigurado profundamente as relações sociais, econômicas e culturais, transformando corpos em mercadorias e performances em produtos de consumo. Nesse cenário, as mulheres trans ocupam uma posição ambígua: ao mesmo tempo em que ganham visibilidade e, em alguns casos, autonomia financeira por meio de plataformas digitais, são submetidas a processos de fetichização, exploração e marginalização. Este artigo analisa a dinâmica da mercantilização de corpos trans no contexto do capitalismo digital, com foco nas mulheres trans que, devido às barreiras sistêmicas de exclusão social e discriminação, são frequentemente empurradas para trabalhos sexualizados em plataformas online. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica crítica e análise de conteúdo de perfis em plataformas digitais voltadas à prática da prostituição como forma de comercialização dos corpos trans. O texto investiga como a performatividade de gênero e a biopolítica operam no ambiente digital, transformando identidades trans em objetos de consumo. Enquanto as plataformas oferecem espaços de autoexpressão e geração de renda, também reproduzem dinâmicas de poder desiguais, nas quais mulheres trans são reduzidas a produtos fetichizados, apagando suas lutas e subjetividades. A interseccionalidade é mobilizada para evidenciar como raça, classe e gênero se articulam na intensificação das opressões vividas por essas mulheres, especialmente as negras. O artigo também reflete sobre a contradição entre visibilidade e violência: apesar da ampla exposição de seus corpos, mulheres trans seguem vulneráveis à marginalização e à violência física. A crítica ao capitalismo digital vai além da denúncia e propõe caminhos de resistência política, ética e social, com foco na construção de plataformas mais igualitárias e no reconhecimento da dignidade das identidades trans.
Palavras-chave: Capitalismo digital, Mulheres trans, Mercantilização de corpos.

Abstract: digital capitalism has profoundly reconfigured social, economic, and cultural relations, transforming bodies into commodities and performances into consumer products. In this context, trans women occupy an ambiguous position: while they gain visibility and, in some cases, financial autonomy through digital platforms, they are also subjected to processes of fetishization, exploitation, and marginalization. This article analyzes the dynamics of the commodification of trans bodies within the framework of digital capitalism, focusing on trans women who, due to systemic barriers of social exclusion and discrimination, are often pushed into sexualized labor on online platforms. The research adopts a qualitative approach, based on a critical literature review and content analysis of profiles on digital platforms geared toward prostitution as a form of trans body commercialization. The text investigates how gender performativity and biopolitics operate in digital environments, turning trans identities into objects of consumption. While platforms offer spaces for self-expression and income generation, they also reproduce unequal power dynamics in which trans women are reduced to fetishized products, erasing their struggles and subjectivities. Intersectionality is mobilized to highlight how race, class, and gender intersect in intensifying the oppressions experienced by these women, especially Black women. The article also reflects on the contradiction between visibility and violence: despite the extensive exposure of their bodies, trans women remain vulnerable to marginalization and physical violence. The critique of digital capitalism goes beyond denunciation and proposes paths of political, ethical, and social resistance, with a focus on building more egalitarian platforms and recognizing the dignity of trans identities.
Keywords: Digital capitalism, Trans women, Commodification of bodies.

[1] Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UEPB). Atua na linha de pesquisa Gênero, Diversidade e Relações de Poder. Desenvolve estudos voltados às questões sociais contemporâneas com ênfase nas desigualdades de gênero e sexualidade.

1 INTRODUÇÃO

A ascensão do capitalismo digital trouxe consigo uma transformação radical na dinâmica de consumo e visibilidade, especialmente no que se refere às corporalidades. O mercado digital, estruturado em torno da lógica da atenção e da estética, instaura um espaço no qual corpos são convertidos em mercadorias e suas performances, em produtos de consumo. Nesse ambiente, as mulheres trans, cujas existências desestabilizam as normas cis-heteronormativas, ocupam uma posição paradoxal. Ao mesmo tempo em que conquistam visibilidade e, por vezes, alguma autonomia financeira por meio do trabalho sexual em plataformas online, estão expostas a violências sistemáticas, como a precarização do trabalho, o assédio constante, a imposição de padrões cisnormativos e a hiperfetichização de seus corpos.

O mercado do trabalho sexual digital impõe uma lógica de visibilidade performática que exige das mulheres trans a constante encenação de uma identidade desejável e consumível. Essa exigência está diretamente relacionada à performatividade de gênero, conforme teorizada por Judith Butler em *Gender Trouble* (1990), para quem "o gênero não é uma essência fixa, mas um conjunto de atos repetidos que produzem a ilusão de uma identidade estável" (Butler, 1990, p. 25). No contexto das plataformas digitais, essa performatividade é instrumentalizada pelo mercado, que transforma atos de autoexpressão em mercadoria. Assim, as mulheres trans são compelidas a negociar suas identidades em espaços onde sua existência é, ao mesmo tempo, reconhecida como fonte de lucro e reduzida a um espetáculo de desejo. A tensão entre autonomia e exploração revela como a lógica do capital captura a performatividade de gênero, esvaziando sua potência subversiva e reiterando normas cisheteronormativas sob a aparência da diversidade.

O poder de regulação desses corpos se manifesta de forma contundente nas plataformas digitais, que operam como dispositivos de controle e exploração. Michel Foucault, em Microfísica do Poder (1984), já havia apontado como o poder moderno não atua apenas pela repressão, mas pela produção de corpos dóceis e úteis. No contexto digital, esse poder se atualiza por meio de algoritmos, termos de uso e modelos de remuneração que moldam o comportamento e limitam a autonomia das usuárias. Assim, a autoexpressão das mulheres trans é frequentemente reduzida a conteúdo performativo moldado pela lógica do consumo e da visibilidade mercantil.

A exploração sexual e a precariedade econômica enfrentadas por essas mulheres não são desvios ou falhas do sistema, mas expressões das desigualdades estruturais de raça, classe e gênero que se aprofundam no capitalismo digital. A visibilidade que gera lucro para plataformas e consumidores coexiste com a persistência da violência física, simbólica e institucional. Essa contradição revela a face excludente e perversa do sistema, no qual os corpos trans são simultaneamente consumidos e descartados. Diante disso, torna-se urgente uma reflexão crítica sobre essas práticas e a construção de formas de resistência coletiva,

políticas de proteção e estruturas de acolhimento que valorizem as identidades das mulheres trans de maneira ética, plena e efetivamente inclusiva.

2 CAPITALISMO DIGITAL E A MERCANTILIZAÇÃO DO CORPO TRANS: VISIBILIDADE, FETICHIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO

A mercantilização do corpo no capitalismo digital não se limita à estética ou ao entretenimento; ela reflete uma cadeia mais profunda de desigualdades estruturais. Byung-Chul Han, em Psicopolítica (2018), argumenta que o neoliberalismo transforma os indivíduos em "projetos de desempenho", onde a autoexploração se torna a norma. Ele afirma que "o sujeito de desempenho explora a si mesmo até o esgotamento, sem a necessidade de um patrão externo" (Han, 2018, p. 45).

No contexto das plataformas digitais, as mulheres trans são pressionadas a performar suas identidades de gênero de maneira hipervisível, tornando-se "produtoras de conteúdo" que alimentam a máquina de consumo digital. Shoshana Zuboff, em *The Age of Surveillance Capitalism* (2019), complementa essa análise ao mostrar como as plataformas extraem valor dos comportamentos e corpos dos usuários, transformando-os em dados comercializáveis. A autora descreve esse processo como "a expropriação da experiência humana como matéria-prima para a produção de previsões comportamentais" (Zuboff, 2019, p. 98). Assim, as trans não apenas performam suas identidades, mas também são reduzidas a dados e imagens que geram lucro para as plataformas, enquanto enfrentam a precariedade e a exploração.

A performatividade de gênero, como proposta por Butler (1990), oferece uma lente crucial para compreender como esses corpos marginalizados são posicionados nesse cenário. Para a autora, o gênero não é uma essência fixa, mas um conjunto de atos repetidos que produzem a ilusão de uma identidade estável, sustentada pelas normas sociais. No contexto do capitalismo digital, essas performances são constantemente negociadas e reinterpretadas pelas dinâmicas de consumo e visibilidade das plataformas.

Para mulheres trans, a necessidade de performar o gênero em espaços que recompensam padrões específicos de aparência e comportamento pode tanto desafiar as estruturas normativas quanto reforçar a instrumentalização de suas identidades. Essa tensão evidencia como a performatividade de gênero está intrinsecamente ligada às forças econômicas e culturais que regulam os corpos no mercado digital, ou seja, essa regulação dos corpos se manifesta por meio do poder sobre os mesmos.

A análise de Foucault sobre o poder é fundamental para compreender como as plataformas digitais operam como dispositivos de controle e regulação dos corpos e das subjetividades das mulheres trans. Foucault, em suas obras como Vigiar e Punir (1975) e A Vontade de Saber (1976), argumenta que o poder não é apenas uma força repressiva centralizada, mas uma rede difusa que permeia todas as relações sociais, moldando

comportamentos e identidades. Ele descreve o poder como produtivo, criando normas e padrões que os indivíduos internalizam e reproduzem.

No que se refere ao capitalismo digital, as plataformas funcionam como mecanismos de poder que disciplinam e regulam as performances de gênero, transformando a autoexpressão em um espetáculo controlado por algoritmos e normas de visibilidade. Foucault também introduz o conceito de biopoder, que se refere ao controle dos corpos e das populações por meio de mecanismos que regulam a vida, desde a saúde até a sexualidade.

Essa noção se alinha com a exploração das mulheres trans nas plataformas digitais, onde seus corpos são simultaneamente visibilizados e controlados, reduzidos a objetos de consumo e dados comercializáveis. A biopolítica, como discutida por Foucault e ampliada por Jasbir Puar (2007), revela como as plataformas digitais não apenas exploram, mas também regulam as identidades trans, reforçando normas de gênero e perpetuando desigualdades estruturais.

O ambiente digital oferece uma visibilidade condicionada aos corpos trans, marcada pela fetichização e pela lógica do consumo. Esse fetiche, porém, não representa uma aceitação plena ou emancipatória, mas sim uma forma de controle simbólico e mercantilização que ocorre à distância, nos limites da tela. Fora do espaço digital, esses mesmos corpos continuam sujeitos à marginalização social e à violência material, revelando o abismo entre a visibilidade fetichizada e o reconhecimento efetivo.

Nesse sentido, Jasbir Puar (2007), em sua análise sobre biopolítica, argumenta que a visibilidade das identidades trans não significa necessariamente empoderamento, mas pode funcionar como mecanismo de exploração, por meio do controle do desejo, da sexualidade e da exposição pública. Giorgio Agamben (1995), por sua vez, ao introduzir o conceito de “vida nua”, oferece uma chave importante para compreender essa dinâmica: corpos que são mantidos em um limiar de existência, passíveis de serem eliminados ou explorados sem que isso configure crime. Ele afirma que “a vida nua é a vida exposta à morte, uma vida que pode ser eliminada sem que isso constitua um crime” (Agamben, 1995, p. 8).

Nesse enquadramento, as mulheres trans aparecem como sujeitos cuja existência é simultaneamente hipervisível no plano do desejo e invisível no plano dos direitos, corpos consumidos digitalmente, mas descartáveis socialmente.No contexto do capitalismo digital, as mulheres trans são frequentemente tratadas como "vidas nuas", conceito de Giorgio Agamben para designar existências expostas à violência soberana, cujas vidas só são valorizadas enquanto geram lucro.

Achille Mbembe, em Necropolítica (2003), expande essa análise ao mostrar como o poder decide quem pode viver e quem deve morrer. Mbembe argumenta que "a necropolítica é a forma mais extrema de poder, onde a soberania se expressa na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer" (Mbembe, 2003, p. 12). Para as mulheres

trans, especialmente as negras, a violência estrutural e a falta de proteção nas plataformas digitais refletem uma necropolítica que as coloca em constante risco de morte, enquanto seus corpos são consumidos como espetáculo.

No meio digital, essa dinâmica se expressa de forma especialmente aguda. Plataformas como *OnlyFans*, *Twitter/X* e *Instagram* oferecem visibilidade às mulheres trans, sobretudo às negras, desde que essa exposição se alinhe aos códigos do desejo dominante e à lógica do consumo. *OnlyFans*, por exemplo, permite que mulheres trans obtenham renda através da venda de conteúdo erótico, mas essa aparente autonomia econômica está condicionada à conformidade com padrões hipersexualizados e fetichizantes. Da mesma forma, no *Twitter/X*, conteúdos explicitamente sexualizados envolvendo corpos trans circulam com ampla visibilidade, enquanto denúncias de assédio, ameaças ou discurso transfóbico são frequentemente ignoradas ou tratadas com indiferença pelas políticas de moderação da plataforma. Já no Instagram, a censura seletiva sobre corpos dissidentes e o apagamento de conteúdos educativos sobre identidades trans revelam uma moralidade algorítmica que silencia o político em nome de um controle estético.

Essas plataformas, ao mesmo tempo que lucram com a exposição dos corpos trans, falham sistematicamente em garantir condições mínimas de segurança, bem-estar e reconhecimento. A ausência de mecanismos eficazes de proteção, como a remoção rápida de conteúdos abusivos, a validação de denúncias ou o suporte psicossocial, expõe essas mulheres a um contínuo estado de vulnerabilidade. Nesse sentido, a lógica necropolítica opera de forma silenciosa mas eficaz: transforma essas vidas em espetáculo rentável, ao mesmo tempo em que as mantém desprotegidas diante da violência. São corpos visíveis enquanto objeto de desejo, mas invisíveis enquanto sujeitos de direito, evidenciando uma economia da morte que lucra com a exposição e descarta o viver.

Puar (2007) também propõe o conceito de “assemblage” (agregação), que nos ajuda a entender como as identidades trans estão conectadas a diversas forças sociais, políticas e econômicas que as tornam simultaneamente vulneráveis e visíveis. No capitalismo, essas identidades não são fixas, mas emergem e se reconfiguram conforme as demandas do mercado.

Para as mulheres trans, essa reconfiguração é ainda mais complexa, pois seus corpos, muitas vezes percebidos como "exóticos", são consumidos em grande escala, mas sua agência e humanidade são ignoradas. A fetichização de suas identidades não leva em consideração as violências estruturais que enfrentam no cotidiano, como as altas taxas de discriminação, marginalização e violência física, conforme evidenciado pelos dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

A tecnologia, como discutida por Donna Haraway em *A Cyborg Manifesto* (1985), pode operar como instrumento de dominação ou de emancipação, dependendo das formas de apropriação e resistência que emergem em sua interface com os corpos. Haraway afirma

que "o *cyborg* é uma criatura em um mundo pós-gênero, onde as fronteiras entre humano e máquina, natural e artificial, são borradas" (Haraway, 1985, p. 149). A figura do ciborgue é, portanto, uma contestação às noções essencialistas de natureza, identidade e corpo, uma metáfora poderosa para pensar as existências trans, que desestabilizam binarismos de gênero e desafiam o imperativo da normatividade biológica.

Nesse sentido, as mulheres trans que atuam em plataformas digitais, encarnam essa ambiguidade ciborguiana: são, ao mesmo tempo, sujeitos de autoexpressão e alvo de regulação algorítmica. Embora tais plataformas possam oferecer autonomia financeira e visibilidade, também reproduzem hierarquias cisnormativas e racializadas, reafirmando desigualdades sob a aparência de liberdade. Safiya Umoja Noble, em *Algorithms of Oppression* (2018), argumenta que "os algoritmos não são neutros; eles refletem e reproduzem as desigualdades estruturais da sociedade" (Noble, 2018, p. 1). Assim, a tensão entre visibilidade e violência que atravessa a experiência digital das mulheres trans reflete a complexidade das relações entre tecnologia, gênero e poder, cuja promessa de um mundo pós-gênero convive com a persistência das estruturas de exclusão.

A exploração das mulheres trans no capitalismo digital não pode ser compreendida sem essa análise interseccional. Patricia Hill Collins, em *Black Feminist Thought* (1990), destaca como as identidades marginalizadas são moldadas por múltiplas opressões que se sobrepõem. Ela argumenta que "a interseccionalidade nos permite entender como raça, gênero e classe se cruzam para criar formas específicas de opressão" (Collins, 1990, p. 221).

Para as mulheres trans negras, essa intersecção cria barreiras adicionais, como a criminalização de suas existências e a falta de acesso a oportunidades formais de trabalho. Kimberlé Crenshaw, em *Mapping the Margins* (1991), cunhou o termo "interseccionalidade" para descrever como as mulheres negras são invisibilizadas tanto pelo feminismo branco quanto pelos movimentos antirracistas. Crenshaw afirma que "a interseccionalidade é uma lente para entender como diferentes formas de desigualdade operam juntas e se exacerbam mutuamente" (Crenshaw, 1991, p. 1245). No contexto das mulheres trans, essa invisibilidade se traduz em uma dupla marginalização: enquanto seus corpos são fetichizados e consumidos, suas vozes e demandas são ignoradas.

A fetichização das mulheres trans no capitalismo digital reflete uma dinâmica perversa de desumanização. Diante dessa realidade, Frantz Fanon, em *Black Skin, White Masks* (1952), discute como o colonialismo e o racismo reduzem os corpos negros a objetos de desejo e repulsa. Ele afirma que "o corpo negro é fetichizado como um objeto de desejo e medo, ao mesmo tempo em que é desumanizado" (Fanon, 1952, p. 12).

No caso das mulheres trans, essa lógica se intensifica: seus corpos são constantemente capturados por regimes de visibilidade que os transformam em espetáculo, enquanto suas subjetividades são deslegitimadas ou apagadas. A identidade, longe de ser uma essência estável, é produzida discursivamente por meio de relações de poder que

classificam, hierarquizam e regulam os corpos. Nesse processo, as mulheres trans são frequentemente posicionadas como figuras "exóticas" e "desejáveis", moldadas por um olhar cisheteronormativo que as consome simbolicamente, mas não as reconhece como sujeitos plenos de direito. O desejo que as torna visíveis é o mesmo que reforça sua marginalidade, revelando uma economia afetiva em que o valor de suas existências é negociado nos termos da fetichização e da cisnormatividade. Assim, a redução à aparência desejada opera como uma forma de controle, que simultaneamente hipervisibiliza e silencia — um dispositivo que afirma o corpo, mas nega a vida.

A exploração sexual de mulheres trans no capitalismo digital evidencia uma intersecção complexa entre tecnologia, economia e violência estrutural. Ao transformar corpos em mercadorias visíveis e consumíveis, as plataformas digitais amplificam não apenas as desigualdades de gênero e classe, mas também perpetuam um ciclo de fetichização e desumanização.

Butler (1990) nos lembra que "a performatividade de gênero não é apenas uma questão de identidade, mas também de resistência e transformação" (Butler, 1990, p. 33). Contudo, ao revisitar as contribuições de pensadoras como Butler (1990) e Puar (2007), é possível enxergar potenciais espaços de lutas e mudanças estruturais.

A luta por direitos e dignidade para as mulheres trans exige ações coletivas e redes de apoio. Silvia Federici, em *Caliban and the Witch* (2004), destaca a importância da organização coletiva contra a exploração capitalista. Ela afirma que "a resistência coletiva é a única forma de enfrentar as estruturas de poder que oprimem as mulheres e outros grupos marginalizados" (Federici, 2004, p. 12).

Para as mulheres trans, a criação de redes de apoio e iniciativas comunitárias pode ser uma forma de resistir à violência estrutural e construir alternativas econômicas. Angela Davis, em *Women, Race, and Class* (1981), argumenta que a solidariedade entre diferentes grupos marginalizados é essencial para a luta por justiça social. Davis afirma que "a luta por liberdade deve ser interseccional, unindo mulheres, negros, trabalhadores e outros grupos oprimidos" (Davis, 1981, p. 45). No contexto das mulheres trans, essa solidariedade pode se traduzir em alianças com movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIAPN+, criando um frente unido contra a exploração e a violência.

Diante dessa realidade, é essencial discutir formas de resistência e criação de redes de apoio para mulheres trans. Iniciativas comunitárias, organizações não-governamentais e movimentos sociais desempenham um papel crucial na promoção de direitos e na construção de alternativas econômicas. Além disso, é fundamental pressionar por regulações mais justas para plataformas digitais, garantindo maior transparência e proteção para trabalhadoras. A criação de espaços de discussão e educação também é essencial para combater a desinformação e o preconceito.

Apesar da exploração, as mulheres trans encontram formas de resistir e subverter as normas de gênero. bell hooks, em *Feminism is for Everybody* (2000), argumenta que o feminismo deve ser inclusivo e reconhecer as lutas de todas as mulheres, incluindo as trans. Ela afirma que "o feminismo é para todo mundo, porque a luta contra o patriarcado é uma luta por liberdade e justiça para todos" (hooks, 2000, p. 1).

Para as mulheres trans, a criação de conteúdo em plataformas digitais pode ser vista como uma forma de agência, onde elas reivindicam espaço e visibilidade em um sistema que as marginaliza. Jack Halberstam, em *The Queer Art of Failure* (2011), propõe que o fracasso pode ser uma forma de resistência às normas capitalistas e heteronormativas. Halberstam argumenta que "o fracasso é uma forma de resistência que desafia as expectativas de sucesso impostas pelo capitalismo" (Halberstam, 2011, p. 88). No contexto das plataformas digitais, as mulheres trans desafiam as expectativas de gênero ao performar identidades que escapam às normas binárias, criando espaços de autonomia e subversão.

Portanto, a luta por direitos e dignidade para mulheres trans exige mudanças significativas, sobretudo na sociedade enquanto consumidora do trabalho exercido por essas mulheres. Essa mudança não apenas ressignifica a visibilidade dessas mulheres, mas também cria um espaço ético e sustentável de reconhecimento, onde suas identidades e experiências possam ser celebradas em sua totalidade, sem redução a estereótipos ou objetos de consumo.

Em última instância, a verdadeira emancipação das mulheres trans depende da construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e capaz de respeitar a diversidade de corpos e identidades, reconhecendo e combatendo as forças opressoras que ainda operam, muitas vezes de maneira invisível, nas interações e sistemas digitais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração sexual de mulheres trans no capitalismo digital é um fenômeno complexo que revela as profundas desigualdades estruturais da sociedade contemporânea. Ao transformar corpos em mercadorias visíveis e consumíveis, as plataformas digitais amplificam não apenas as disparidades de gênero e classe, mas também perpetuam um ciclo de fetichização e desumanização. Como discutido ao longo deste texto, a performatividade de gênero, a biopolítica e a interseccionalidade são ferramentas teóricas essenciais para compreender como as mulheres trans são simultaneamente visibilizadas e exploradas nesse contexto.

A análise de autores como Judith Butler (1990); Jasbir Puar (2007); Byung-Chul Han (2018) e Shoshana Zuboff (2019) nos permite enxergar como o capitalismo digital opera como um dispositivo de poder que regula e explora os corpos trans, transformando suas

identidades em produtos de consumo. A fetichização desses corpos, embora possa gerar visibilidade e, em alguns casos, autonomia financeira, não elimina as violências estruturais que essas mulheres enfrentam no cotidiano. Pelo contrário, muitas vezes reforça a marginalização e a desumanização, especialmente quando consideramos as interseções de raça, classe e gênero, como destacado por Patricia Hill Collins (1990) e Kimberlé Crenshaw (1991).

A tecnologia, embora ofereça espaços de autoexpressão e geração de renda, também perpetua dinâmicas de poder desiguais. Como apontado por Donna Haraway e Safiya Umoja Noble, os algoritmos e as normas de visibilidade das plataformas digitais não são neutros; eles refletem e reproduzem as desigualdades estruturais da sociedade. Para as mulheres trans, isso significa que, mesmo ao conquistarem visibilidade, elas continuam sujeitas a formas sutis e explícitas de violência e exclusão.

No entanto, é importante reconhecer a resiliência e a agência das mulheres trans, que, mesmo em um sistema opressor, encontram formas de resistir e subverter as normas de gênero. Como argumenta bell hooks (2000), o feminismo deve ser inclusivo e reconhecer as lutas de todas as mulheres, incluindo as trans. A criação de redes de apoio e iniciativas comunitárias, como proposto por Silvia Federici (2004) e Angela Davis (1981), é essencial para construir alternativas econômicas e políticas que promovam a dignidade e os direitos das mulheres trans.

Portanto, a luta por justiça e equidade para as mulheres trans no capitalismo digital exige uma transformação profunda nas práticas e normas que regem as plataformas digitais e a sociedade como um todo. Isso inclui a criação de políticas públicas que garantam proteção e inclusão, a regulação das plataformas digitais para evitar a exploração e a violência, e a promoção de uma cultura que valorize e respeite a diversidade de corpos e identidades. A verdadeira emancipação das mulheres trans só será possível em uma sociedade que reconheça e combata as forças opressoras que ainda operam, muitas vezes de maneira invisível, nas interações e sistemas digitais.

Em última instância, a visibilidade das mulheres trans no capitalismo digital não deve ser apenas uma conquista individual, mas um chamado para a construção de um futuro onde todas as identidades sejam celebradas em sua totalidade, sem redução a estereótipos ou objetos de consumo. Essa transformação depende de um compromisso coletivo com a equidade, a inclusão e o respeito à dignidade humana, reconhecendo que a luta por justiça social é uma luta por todos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGUSTÍN, Laura. **Sex at the Margins**: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry. London: Zed Books, 2007.

ANTRA. **Relatório sobre violência e discriminação contra pessoas trans no Brasil**. 2020. Disponível em: https://antrabrasil.org/category/violencia/. Acesso em: 27 jan. 2025

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DAVIS, Angela. **Women, Race, and Class**. New York: Vintage Books, 1981.

FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. Tradução de Charles Lam Markmann. London: Pluto Press, 1952.

FEDERICI, Silvia. **Caliban and the Witch**: Women, the Body and Primitive Accumulation. Brooklyn: Autonomedia, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FOUCAULT, Michel. V**igiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

HALBERSTAM, Jack. **The Queer Art of Failure**. Durham: Duke University Press, 2011.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. São Paulo: Editora Âyiné, 2018.

HARAWAY, Donna. A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century. *In*: HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs, and Women**: The Reinvention of Nature. New York: Routledge, 1985. p. 149-181.

hooks, bell. **Feminism is for Everybody**: Passionate Politics. Cambridge: South End Press, 2000.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2003.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression**: How Search Engines Reinforce Racism. New York: NYU Press, 2018.

PUAR, Jasbir K. **Terrorist Assemblages**: Homonationalism in Queer Times. Durham: Duke University Press, 2007.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism**: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. New York: PublicAffairs, 2019.

Recebido em: 04/02/2025
Aceito em: 03/07/2025